RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2018

Sumário

1. APRESENTAÇÃO;
2. INTRODUÇÃO;
3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTARIA;
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL;
5. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR;
6. AVALIAÇÃO DOS LIMITES E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL;
7. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO;
8. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE;
9. INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS;
10. OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSO AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO;
11. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO;
12. MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO;
13. TERMOS DE PARECIA E CONSÓRCIO PÚBLICO;
14. DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES POR MAIO DO SICOM;
15. INFORMAÇÕES QUANTO À TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, CUJO VALOR DO DANO FOR INFERIOR Á QUANTIA FIXADA EM DECISÃO NORMATIVA DO TCE-MG (§1º,ART248 DE REGIMENTO INTERNO DO TCE-MG);
16. PARECER CONCLUSIVO;
17. PRONUNCIAMENTO DO GESTOR.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório de controle interno tem o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade, informações simplificadas sobre as metas, prioridades e as ações do governo municipal programadas para o exercício de 2018.

Elaborado de forma a atender o disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o § 3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e o anexo I da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ressaltando os esforços da atual administração em atender as demandas da legislação, compatibilizando os reduzidos recursos arrecadados às demandas da comunidade local, constatamos um aprimoramento nos resultados da gestão, bem como a observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

O controle interno atuou preventivamente e concomitantemente no exercício financeiro, de forma a promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e efetivas e a qualidade dos serviços em consonância com os objetivos da administração.

Neste processo de controle constatamos também que a administração procurou assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da administração, de modo a proteger o ativo e assegurar a legitimidade do passivo, assegurando a exatidão, a confiabilidade, a integridade dos dados contábeis, bem como dos relatórios financeiros e administrativos apresentados na Prestação de Contas do exercício de 2018.

2. INTRODUÇÃO

Na elaboração deste relatório de controle interno, procuramos dar destaque ao processo de planejamento e acompanhamento das metas e prioridades da administração municipal, de modo a permitir o conhecimento das avaliações que reflitam a real situação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do município.

Na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária, procuramos evidenciar a capacidade de concretização dos programas previstos, sem, contudo, deixar de mostrar à sociedade os programas não realizados.

Na avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão, orçamentária, financeira e patrimonial, o controle interno procurou evidenciar os respectivos balanços, fazendo as observações e/ou considerações nas demonstrações dos resultados obtidos.

Os limites e condições para a realização da despesa com pessoal foram analisados de modo a apurar os percentuais permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, levamos em consideração, os percentuais mínimos e obrigatórios para os gastos e os benefícios destes em prol da comunidade.

Na análise da destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos e no repasse ao Poder Legislativo, evidenciamos a legalidade como parâmetro de efetivação de despesas conforme dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 e a Constituição Federal.

Na verificação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, foram verificadas as prestações de contas relativas aos convênios realizados e a correta utilização dos recursos pelas referidas entidades.

Quanto às medidas adotadas para proteger o patrimônio publico, em especial o ativo imobilizado e quanto à participação do município em consórcio público, ressaltamos que a administração procurou compatibilizar estes itens às demandas da legislação pertinente ao assunto.

E por fim, quanto ao cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do

Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), constatamos que os responsáveis procuraram cumprir as determinações do TCE-MG pertinente ao assunto.

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA

O controle interno realizou um acompanhamento permanente das ações de governo, avaliando o cumprimento de metas previstas no PPA e os resultados obtidos na execução da lei orçamentária do exercício de 2018.

Para a implantação dos programas e realização de obras, o município utilizou os recursos obtidos da arrecadação tributária municipal, transferências voluntárias e demais transferências constitucionais.

Várias obras estão ainda em andamento, outras foram concretizadas durante este exercício financeiro e as demais metas traçadas aguardam liberação de recursos de convênios.

O Plano Plurianual propõe ações voltadas para o desenvolvimento do município. Sua linha de atuação prevê a implantação de programas de ação continuada e ainda a coordenação de programas prioritários tais como, saúde, educação, assistência social e outros.

Em anexo, (doc.1) demonstrativo com das metas previstas e realizadas.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Planejamento e controle orçamentário:

O orçamento municipal foi elaborado de forma a evidenciar as necessidades do município, dando ênfase à educação, saúde e assistência social.

Na execução orçamentária, a administração procurou através de ações planejadas e transparentes diminuir as despesas de custeio, a fim de corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas municipais, e a partir destas reduções, cumprir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As prioridades que o orçamento contempla são as mesmas reivindicadas pela população, tornando-a responsável pelo pagamento de tributos e pela fiscalização das realizações.

Lei orçamentária anual:

A Lei Orçamentária Anual nº1.704/2017, para o exercício de 2018, estima a receita e fixa a despesa em R$18.000.000,00.

O Executivo procurou cumprir as propostas e compromissos para com a população, contidas no orçamento do exercício de 2018.

A receita orçamentária arrecadada foi de R$16.052.032,03.

A despesa orçamentária realizada foi de R$15.552.327,51.

Constatamos suplementações no valor de R$2.144.937,47 que representam 11,92% da despesa fixada.

Na medida em que houve necessidade, foram emitidos decretos para suplementação de dotações orçamentárias.

Os créditos suplementares abertos no exercício respeitaram o limite de 15% das despesas previstas, de acordo com o art. 7º da Lei nº. 4.320/64, conforme demonstrado:

CRÉDITO SUPLEMENTAR			
PODER EXECUTIVO			
LEI MUNICIPAL		**DECRETO MUNICIPAL**	
Nº	**VALOR AUTORIZADO**	**Nº**	**VALOR ABERTURA R$**
1.704	**2.560.800,00**	**02**	**89.427,32**
		03	**57.529,61**
		04	**58.218,07**
		08	**90.887,29**
		10	**26.994,62**
		12	**24.604,64**
		15	**27.900,00**
		17	**170.231,09**
		18	**6.640,00**
		20	**71.078,37**
		24	**313.718,67**
		28	**263.039,52**
		31	**98.586,49**
		34	**49.823,40**
		35	**1.320,28**
		37	**503.805,84**
		38	**222.879,12**
		39	**68.253,14**
		SUB-TOTAL	**2.144.937,47**
VALOR TOTAL			**2.144.937,47**

Constatamos abertura de créditos especiais no exercício de 2018 no valor de R$150,00 conforme abaixo especificado:

Lei nº	DECRETO Nº	Valor autorizado	Valor executado
1.712	14	150,00	150,00

Os empenhos foram emitidos em ordem cronológica.

Considerações: No Balanço Orçamentário Consolidado (doc. 2) constatamos que o município arrecadou 89,18% da receita prevista e executou 86,40% da despesa fixada, o que demonstrou uma gestão responsável pois atendeu os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar 101/00, de não gastar mais que os recursos arrecadados, provas disso é o superávit apurado.

Dos programas inicialmente inseridos no orçamento, uns não foram executados pela falta de recursos financeiros e outros foram substituídos para atender as prioridades e necessidades da sociedade. Assim, consideramos que a execução orçamentária atendeu as determinações legais, atingindo as metas e diretrizes previstas no planejamento.

4.2 - GESTÃO FINANCEIRA

1. Na tesouraria há controle de arrecadação de tributos através de sistema informatizado;
2. Os extratos bancários são conciliados diariamente;
3. Os pagamentos são realizados através de transferências bancárias e quando há emissão de cheques, estes são emitidos com cópia;
4. A arrecadação de taxas e tributos é realizada através de guia de recolhimento emitida pelo setor de Tributação;
5. Todas as movimentações financeiras são acompanhadas diariamente;
6. Há conta bancária específica para cada convênio.

Considerações: O Quadro de Apuração da receita e Despesa confere com o Balanço Financeiro Consolidado (doc. 3) e o saldo de caixa encontra-se devidamente comprovado pelo termo de conferência.

ATIVO FINANCEIRO

Bancos: Foram conferidos todos os extratos bancários com os ajustes nos termos de conciliação das contas bancárias.

Não constam valores em caixa, conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa arquivado na Prefeitura.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial mostra a posição patrimonial da administração ao final do exercício, apresentando os bens, direitos e obrigações. No Ativo, apresenta o saldo das contas positivas, ou seja, relativas aos bens e direitos que órgão possui. E no Passivo, há a representação das contas na parte negativa. A análise contempla o balanço consolidado do Município (doc. 4 e doc.5).

1 - Balanço Patrimonial evidenciando a posição patrimonial do município no final do período;

2 – Demonstração das variações patrimoniais evidenciando as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício e o consequente resultado patrimonial apurado no exercício de 2018.

ATIVO PERMANENTE

Foram conferidas as incorporações que totalizam R$1.399.012,99.

Não houve desincorporações no exercício de 2018.

Os valores foram demonstrados corretamente no Demonstrativo próprio, juntamente com o Demonstrativo das Variações Patrimoniais e saldo de exercício anterior.

PASSIVO PERMANENTE

Dívida Fundada Interna: Os valores do Demonstrativo da Dívida Fundada Interna estão em conformidade com o Balanço Patrimonial.

Foi constatado o saldo total de R$2.325.483,82 referentes às dívidas para com o INSS Debito Parcelado, BDMG, COPASA – Débito Parcelado, Receita Federal – Debito Parcelado.

5. OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

Foram inscritos em “Restos a Pagar/2018” o valor de R$969.133,37, sendo que R$480.849,93 não processado e R$488.283,44 processado e constatamos saldo das disponibilidades no valor de R$3.007.576,11.

Considerações: Constatamos que o valor das disponibilidades financeiras é superior ao valor inscrito em restos a pagar.

6. AVALIAÇÃO DOS LIMITES E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL

O Executivo teve o gasto com pessoal durante o exercício de 2018, de R$8.061.626,55 que corresponde a 53,84% das receitas correntes líquidas do município, que foram de R$15.104.477,00.

Constatamos que a despesa com pessoal está enquadrada nos limites previstos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

7. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS

Aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino:

Considerações: Nos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, apuramos o percentual de 32,45 conforme consta no (doc. 6), sendo assim o município cumpriu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

FUNDEB:

Considerações: O município cumpriu o percentual mínimo de aplicação da receita do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do magistério aplicando o percentual de 93,57% (doc.7).

8. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOTADAMENTE QUANTO AO VALOR RESIDUAL DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012, COM ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS

Considerações: Constatamos que o Município cumpriu o percentual mínimo nas ações e serviços públicos de saúde, conforme determina o § 1º do art. 77 do ADCT, conforme apuramos em relatório (doc. 8).

Constata-se que o Demonstrativo da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, indica que no Exercício de 2018 foi aplicado um percentual de 26,47

da receita resultante de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e §3º, todos da Constituição da República.

9. INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Não houve alienação de bens no exercício de 2018.

10. OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO

A receita base de cálculo para repasse à Câmara Municipal no exercício de 2018 foi de R$10.792.932,74.

R$755.505,29 representam 7% da referida receita base de cálculo.

Foi repassado o valor de R$739.940,67, considerando que houve a dedução de um montante de R$15.876,47 referente a saldo do exercício anterior e dedução do valor de R$311,85 referente de despesa de restos a Pagar do Legislativo.

Portanto, o Poder Executivo obedeceu ao limite de até 7% do somatório da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

11. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

Com a entrada em vigor em janeiro de 2017, para os municípios, da Lei Federal nº 13.019, de abrangência nacional, conhecida como Marco Regulatório das Organizações

da Sociedade Civil (MROSC), todas as parcerias celebradas pelo Município com as Organizações da Sociedade Civil em 2018, consideraram os novos instrumentos jurídicos (Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação) e as novas regras, desde a seleção das propostas, passando pela execução até a prestação de contas.

O Município repassou recursos públicos às seguintes Organizações da Sociedade Civil, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1.703, de Dezembro de 2017, em consonância com a Lei 13.019:

ENTIDADE	VALOR AUTORIZADO R$	VALOR REPASSADO R$
Lar dos Idosos Sagrado Coração de Jesus	60.000,00	60.000,00
Banca de Música “Vitalina Corrêa”	20.000,00	20.000,00
Associação dos Moradores de Cordisburgo – AMCOR - Assistencial	2.000,00	2.000,00
Associação dos Moradores de Cordisburgo – AMCOR - Educacional	25.000,00	25.000,00

Acompanhamos os repasses realizados e a execução do objeto dos convênios. Constatamos que, as entidades acima identificadas receberam recursos do município e prestaram contas dos valores repassados.

Constatamos que as entidades acima citadas prestaram contas dos recursos recebidos nos prazos constantes nos instrumentos celebrados.

12. MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO.

Observamos que o setor responsável pelo patrimônio municipal faz um controle periódico do ativo imobilizado.

Em relação aos bens móveis, entre outras medidas adotadas para a proteção do patrimônio público, foi a emissão de “termo de responsabilidade patrimonial” em todas as secretarias e setores da prefeitura.

Em relação aos bens imóveis há pasta contendo cópia da certidão de registro dos imóveis pertencentes ao município.

Todos os bens constantes no inventário municipal estão cadastrados no sistema de patrimônio e é controlado por um responsável.

Tais medidas de proteção visam, além de auferir se os ativos imobilizados estão em locais seguros e devidamente anotados, a procedermos à conferência do saldo do inventário analítico e constatarmos harmonia com os valores escriturados em Balanço.

13. TERMOS DE PARCERIA E CONSÓRCIO PÚBLICO

TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO NO ORÇAMENTO

O município participa do Consórcio Cismisel (Consorcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas), conforme autoriza a lei municipal nº1. 563, de 06 de Junho de 2012.

O valor repassado ao Consórcio Cismisel no exercício de 2018 totalizou o valor de R$172.265,21, sendo o valor de R$36.819,54 a título de contrato de rateio, o valor de R$135.445,67 a título de compra de serviços (transporte de pacientes e exames clínicos).

O valor transferido ao consórcio equivale a 0,95% do orçamento municipal.

Referido valor equivale também a 1,33% da receita base de cálculo das ações e serviços públicos de saúde.

O município também participa do Consórcio Coresab (Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas Gerais), conforme autoriza a lei municipal nº1.641, de 28 de maio de 2015.

O valor repassado ao Consórcio Coresab no exercício de 2018 totalizou o valor de R$23.880,00 a título de contrato de rateio.

O valor transferido ao consórcio equivale a 0,13% do orçamento municipal.

14. DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DO SICOM

CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DO MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TCE-MG

O controle interno acompanhou as remessas de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM) e constatou que, embora a necessidade de reenvio dos dados, o município cumpriu o parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCE-MG.

15. INFORMAÇÕES QUANTO À TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, CUJO VALOR DO DANO FOR INFERIOR À QUANTIA FIXADA EM DECISÃO NORMATIVA DO TCE-MG (§ 1º, ART. 248 DO REGIMENTO INTERNO DO TCE-MG)

Art. 248. A tomada de contas especial será encaminhada ao Tribunal para julgamento se o dano ao erário for de valor igual ou superior à quantia fixada em decisão normativa.

§ 1º Se o dano for de valor inferior à quantia a que alude o caput deste artigo, ou se houver, no decorrer da tomada de contas especial, o devido ressarcimento ao erário junto ao órgão ou entidade instauradora, o fato deverá constar do relatório do órgão de controle interno que acompanha a respectiva tomada especial.

Constatamos que a Srª Maria Clara da Silva não ressarciu o erário e em decorrência o jurídico desta Prefeitura já está tomando as providências para ingressar com a ação judicial cabível.

16.PARECER CONCLUSIVO

O Relatório de Controle Interno foi elaborado de forma a atender o disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o § 3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e o anexo I da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

CONCLUÍMOS, portanto, que:

Houve acompanhamento do cumprimento dos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como quanto à observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

Com relação à **Aplicação de Recursos no Ensino,** considerando o Demonstrativo

da Aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, restou verificado, que no Exercício de 2018, foi aplicado em ensino o percentual de 32,45% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, atendendo ao percentual determinado pelo art. 212 da Constituição da República.

Quanto à **Aplicação de Recursos na área da Saúde**, considerando o Demonstrativo da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, restou verificado, que no Exercício de 2018, foi aplicado o percentual de 26,47% da receita resultante de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e §3º, todos da Constituição da República, o que atende ao mínimo estabelecido no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Assim, foi constatada a observância dos limites, nos moldes acima desenhados, sem, entretanto, chancelar a qualidade dos gastos.

Quanto à **observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar,** foram inscritos em “Restos a Pagar/2018” o valor de R$969.133,37, sendo que R$480.849,93 não processado e R$488.283,44 processado e constatamos saldo das disponibilidades no valor de R$3.007.576,11.

Quanto à **avaliação dos limites e condições para a realização da despesa com pessoa**l, o Executivo teve o gasto com pessoal durante o exercício de 2018, de R$8.061.626,55 que corresponde a 53,84% das receitas correntes líquidas do município, que foram de R$15.104.477,03. Constatamos que a despesa com pessoal ultrapassou os limites previstos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Quanto à destinação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, constatamos **que não houve alienação de bens no exercício de 2018.**

Quanto ao **Repasse mensal de Recursos ao Poder Legislativo**, constatamos que o repasse foi efetuado e está de acordo com o apurado no Sistema de informática do Município e demonstrado neste relatório.

Quanto à **Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito privado** constatamos a observância da Lei 13.019 no município em 2018 e que o controle de resultados constitui uma das mudanças de paradigma na relação da organização da sociedade civil com o Município. A verificação do cumprimento do objeto é a prioridade no monitoramento e avaliação. Este tipo de controle exige uma presença constante e mais próxima entre o gestor da parceria, a organização da sociedade civil e os beneficiários da política pública.

Ao realizar o acompanhamento do cumprimento do objeto dos instrumentos celebrados, constatamos que as entidades prestaram contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido.

Quanto às **Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado,** observamos que o setor responsável pelo patrimônio municipal, faz um controle periódico do ativo imobilizado. Entre outras medidas adotadas para a proteção do patrimônio público, foi a emissão de “termo de responsabilidade patrimonial” em todos as secretarias, realiza visitas em loco para a averiguação do correto uso dos bens e atualização do estado de conservação dos mesmos.

Com relação aos **Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em Consórcio Público**, o controle interno acompanhou os repasses efetuados durante o exercício de 2018.

Quanto à remessa dos dados através do SICOM, constatamos que o município cumpriu o parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCE-MG.

Ressaltamos que o controle interno acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial da administração, especialmente os atos que envolvem a preservação do equilíbrio orçamentário, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita e a realização da despesa ou a criação e/ou a extinção de direitos e obrigações, a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens

e valores públicos, o cumprimento do programa de trabalho, expressos em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Quanto às informações relativas à Tomada de Contas Especial, cujo valor do dano for inferior à quantia fixada em decisão normativa do TCE-MG, em cumprimento do **§ 1º, art. 248 Do Regimento Interno do TCE-MG)** constatamos que a Srª Maria Clara da Silva não ressarciu o erário e em decorrência o jurídico desta Prefeitura já está tomando as providências para ingressar com a ação judicial cabível.

Também foi analisada a prestação de contas do exercício e todos os dados estão em consonância com a documentação pertinente.

Apesar da abrupta queda de arrecadação no exercício de 2018, ao apresentar os resultados obtidos na gestão, observamos que administração procurou conduzir a gestão para o atendimento dos interesses coletivos.

Importante ainda salientar que este controle interno tem envidado esforço para se reestruturar e avançar, efetivando acompanhamento focado também em aspectos gerenciais, de maneira a contribuir mais diretamente na condução do Município, evitando a prática descompassada dos melhores princípios.

O controle interno recomenda a alocação de esforços no sentido de modernizar a administração pública como condição básica para a melhoria dos serviços prestados à população.

Tendo em vista as exigências legais e à vista dos elementos que integram o presente Relatório de Controle Interno, nossa conclusão é pela regularidade das contas, ressaltando porém, a realização dos trabalhos de controle interno por amostragem, não gerando este relatório, responsabilidade sobre eventuais procedimentos não verificados por esta Controladoria.

Cordisburgo, 31 de dezembro de 2018.

_____

Luciana Bastos Ramos
Controle Interno

17. PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

Confirmo haver tomado conhecimento das avaliações de cumprimento e de resultado e do **parecer conclusivo** contido no relatório de controle interno emitido, bem como das contas do exercício de 2018.

_____

José Maurício Gomes
Prefeito Municipal

PCA 2018

ANEXOS

(doc.1)

*PROGRAMA	CUMPRIMENTO DAS METAS	VALOR	
		PREVISTO P/2018	REALIZADO EM 2018
007 – PROJETOS DIVERSOS Construção e ampliação da Câmara Municipal	Parcial	66.000,00	2.391,00
0020 – SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR Melhorara as condições de Infraestrutura da Administração Superior	Parcial	189.500,00	181.223,19
0021 – ADMINISTRAÇÃO GERAL Capacitar servidores e ampliar a infraestrutura para melhoria e eficiência da prestação do serviço público.	Parcial	2.112.500,00	1.803.412,41
0174 - POLICIAMENTO CIVIL Manter convênios para manutenção da ordem pública e preservar a propriedade privada, através de atuação específica do policiamento civil.	Parcial	32.000,00	25.472,56
0177 - POLICIAMENTO MILITAR Manter convênios para manutenção da ordem pública através de policiamento ostensivo.	Parcial	38.000,00	35.011,19
0188 - EDUCAÇÃO BÁSICA Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental.	Parcial	1.793.100,00	1.689.064,26
0190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR Assegurar o atendimento a crianças em pré-escolar, preparando-as para o ingresso no ensino regular de 1 º grau.	sim	270.000,00	271.653,01
0224 - DESPORTO AMADOR Incentivar a prática de esporte, como meio de integração social.	Parcial	191.000,00	52.807,26
0239 - TRANSPORTE ESCOLAR Proporcionar à população escolar meio de transporte, objetivando reduzir a evasão escolar.	Parcial	1.151.965,00	924.867,83
0246 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO Levantar, cadastrar e manter o acervo cultural municipal, ligado à história, às artes em geral, à arqueologia e a todas as manifestações culturais.	Sim	380.000,00	385.575,22
0247 - DIFUSÃO CULTURAL Difundir a cultura em geral, a todas as camadas da população, com o cultivo e o desenvolvimento das artes, das atividades literárias e apoio às entidades envolvidas na área.	Parcial	141.500,00	79.571,75
0433 - ATENÇÃO BÁSICA Desenvolvimento de políticas e programas básicos de saúde com adoção de medidas preventivas informações e promoção de uma melhoria da saúde da população local.	Sim	2.710.802,00	2.878.211,29
0436 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE Desenvolver um conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde além de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, incluindo o ambiente de trabalho	Parcial	195.300,00	155.744,70
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL Amparar e proteger as pessoas em geral, individual e coletivamente, em especial as das classes mais carentes.	Parcial	87.000,00	62.000,00
0597 - OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR Gerir atividades do Conselho Tutelar	Parcial	159.000,00	89.320,24
0325 - LIMPEZA PÚBLICA Promover a coleta, varrição e lavagem de vias públicas, bem como a destinação final do lixo, reduzindo o impacto ambiental no município.	Parcial	573.000,00	336.725,59

*PROGRAMAS	CUMPRIMENTO DAS METAS	VALOR	
		PREVISTO P/2018	REALIZADO EM 2018
0326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS Ampliar, coordenar e manter serviços funerários.	Parcial	84.000,00	22.148,25
0447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA Planejar, instalar, ampliar e manter serviços e sistemas de abastecimento de água e o controle de sua qualidade.	Parcial	10.000,00	82,94
0534 - ESTRADAS VICINAIS Implantar, ampliar e manter estradas destinadas a ligar os centros de produção à rede rodoviária básica.	Parcial	734.000,00	445.838,77
0575 - VIAS URBANAS Planejar, construir e manter áreas destinadas à circulação de veículos e pessoas, nos centros urbanos.	Parcial	796.500,00	765.538,45
0097 - INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS Implantação de infra-estrutura higiênico-sanitária para melhoria da qualidade e padronização dos produtos agropecuários.	Parcial	18.000,00	397,53
0111 - EXTENSÃO RURAL Incentivar e fortalecer a agropecuária, promovendo sua inserção competitiva no mercado.	Parcial	148.000,00	136.259,77
0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO Promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros.	Parcial	76.000,00	15.824,95

PCA 2018

ANEXOS

(doc.2)

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
ANEXO XII - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	**16.630.000,00**	**16.758.150,30**	**15.104.477,03**	**(1.653.673,27)**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.111.550,00	1.111.550,00	1.062.574,04	(48.975,96)
Contribuições	398.000,00	398.000,00	404.583,48	6.583,48
Receita Patrimonial	210.195,00	210.195,00	90.861,93	(119.333,07)
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	53.000,00	53.000,00	54.716,17	1.716,17
Transferências Correntes	14.831.255,00	14.959.405,30	13.466.951,45	(1.492.453,85)
Outras Receitas Correntes	26.000,00	26.000,00	24.789,96	(1.210,04)
Receitas de Capital (II)	**1.370.000,00**	**1.370.000,00**	**947.555,00**	**(422.445,00)**
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	1.370.000,00	1.370.000,00	947.555,00	(422.445,00)
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)	**18.000.000,00**	**18.128.150,30**	**16.052.032,03**	**(2.076.118,27)**
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)				
Operação de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operação de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**18.000.000,00**	**18.128.150,30**	**16.052.032,03**	**(2.076.118,27)**
DÉFICIT (VII)			**190.843,78**	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**18.000.000,00**	**18.128.150,30**	**16.242.875,81**	**(1.885.274,49)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(UTILIZADOS PARA		**467.752,31**		
Superávit Financeiro		467.752,31		
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INCIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPEAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	**15.297.517,00**	**16.422.308,69**	**14.666.229,66**	**14.388.206,44**	**13.929.236,07**	**1.756.079,03**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.569.800,00	9.194.907,48	8.538.686,97	8.538.686,97	8.218.406,67	656.220,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	18.965,93	18.465,93	18.465,93	18.465,93	500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.726.717,00	7.208.435,28	6.109.076,76	5.831.053,54	5.692.363,47	1.099.358,52
DESPESAS DE CAPITAL (X)	**2.260.180,00**	**1.916.371,92**	**1.367.437,78**	**1.164.121,07**	**1.134.780,25**	**548.934,14**
INVESTIMENTOS	2.259.180,00	1.915.371,92	1.367.437,78	1.164.121,07	1.134.780,25	547.934,14
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00				1.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	**62.303,00**	**6.413,76**				**6.413,76**
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**17.620.000,00**	**18.345.094,37**	**16.033.667,44**	**15.552.327,51**	**15.064.016,32**	**2.311.426,93**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	**380.000,00**	**253.632,08**	**209.208,37**	**209.208,37**	**209.208,37**	**44.423,71**
Amortização da Dívida Interna	380.000,00	253.632,08	209.208,37	209.208,37	209.208,37	44.423,71
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas	380.000,00	253.632,08	209.208,37	209.208,37	209.208,37	44.423,71
Amortização da Dívida Externas						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**18.000.000,00**	**18.598.726,45**	**16.242.875,81**	**15.761.535,88**	**15.273.224,69**	**2.355.850,64**
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**18.000.000,00**	**18.598.726,45**	**16.242.875,81**	**15.761.535,88**	**15.273.224,69**	**2.355.850,64**

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	229.486,89	303.808,11	254.784,79	254.784,79	167.403,26	111.106,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.687,39	3.886,04				56.573,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	176.799,50	299.922,07	254.784,79	254.784,79	167.403,26	54.533,52
DESPESAS DE CAPITAL	254.395,90	110.777,58	292.331,46	228.507,08	40.044,45	96.621,95
INVESTIMENTOS	254.395,90	110.777,58	292.331,46	228.507,08	40.044,45	96.621,95
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
TOTAL	483.882,79	414.585,69	547.116,25	483.291,87	207.447,71	207.728,90

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	195.413,49	344.369,84	339.205,23		200.578,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.606,91	236.873,29	231.908,68		192.571,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.806,58	107.496,55	107.296,55		8.006,58
DESPESAS DE CAPITAL	14.131,05	11.168,87	11.168,87		14.131,05
INVESTIMENTOS		11.168,87	11.168,87		
INVERSÕES FINANCEIRAS					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	14.131,05				14.131,05
TOTAL	209.544,54	355.538,71	350.374,10		214.709,15

PCA 2018

ANEXOS

(doc.3)

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**16.052.032,03**	**15.432.231,06**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**16.242.875,81**	**14.864.362,16**
RECURSOS ORDINÁRIOS	6.871.671,09	6.378.398,08	RECURSOS ORDINÁRIOS	6.415.544,65	6.102.400,13
RECURSOS ORDINÁRIOS	6.871.671,09	6.378.398,08	RECURSOS ORDINÁRIOS	6.415.544,65	6.102.400,13
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À I			RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À E		
RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À S			RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À S		
CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): PAT			CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): PAT		
RECURSOS VINCULADOS	9.180.360,94	9.053.832,98	RECURSOS VINCULADOS	9.827.331,16	8.761.962,03
RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	6.270.825,83	6.354.131,28	RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	6.883.185,13	6.666.185,67
SERVIÇOS DE SAÚDE	33.699,11	37.448,91	SERVIÇOS DE SAÚDE	53.068,19	32.151,85
SERVIÇOS EDUCACIONAIS			SERVIÇOS EDUCACIONAIS		
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	20.013,22	25.099,58	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	41.680,78	3.124,51
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSI	408.432,77	369.340,22	CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSI	297.971,42	325.473,58
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROI	896.751,39	1.166.431,02	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROF	987.385,09	1.236.049,23
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA ED	99.308,22	129.603,68	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA ED		102.088,26
RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	1.284.627,50	746.818,81	RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	1.214.612,71	495.747,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	5.806,41	134.873,27	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		174.030,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE	1.371,22	102.685,39	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE		93.597,48
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO, À SAÚDI	874.015,06	204.468,78	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO, À SAÚDE	922.207,25	26.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	403.434,81	304.791,37	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	292.405,46	201.719,30
RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL			RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL		
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	1.318.541,62	1.578.510,04	RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	1.433.780,33	1.229.991,24
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL			TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI	1.343,33	1.552,18	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI		
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIOI	39.320,02	34.731,48	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIOI	33.854,06	36.773,22
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIOI	40.832,16	39.000,23	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIOI	10.950,00	38.469,15
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	52.505,55	243,36	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	45.004,23	
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	121.023,86	111.926,73	TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	111.498,71	114.360,09
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO BÁSICA	1.063.319,11	1.390.089,44	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO BÁSICA	1.232.473,33	1.040.388,78
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA CO	197,59	966,62	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA CO		
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	306.365,99	374.372,85	OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	295.752,99	370.037,50
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	106.433,87	105.247,42	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	99.603,08	105.758,70
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	54.126,33	50.695,05	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	51.378,24	55.505,15
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA GESTÃO DO SUS	11.000,00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA GESTÃO DO SUS		
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA INVESTIMENTOS NA REDE DE SE	90,88	261,36	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA INVESTIMENTOS NA REDE DE SE		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	86.713,40		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	84.725,71	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	45.249,94	198.864,76	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	50.115,97	176.534,48
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	2.579,09	16.267,00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	9.889,99	32.239,17

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
MULTAS DE TRÂNSITO	170,31	3.032,13	MULTAS DE TRÂNSITO	40,00	
CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES: PATRONAL, I			CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES: PATRONAL, I		
DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA A RP CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO			DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA A RP CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO		
DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA A RP CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO			DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA A RP CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS			OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		
ALIENAÇÃO DE BENS	2,17	5,13	ALIENAÇÃO DE BENS		
OUTRAS RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS			OUTRAS RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS		
CONVENIOS			CONVENIOS		
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**849.940,67**	**848.162,07**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**849.940,67**	**848.162,07**
REPASSE RECEBIDO	849.940,67	848.162,07	REPASSE CONCEDIDO	849.940,67	741.072,07
			DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		107.090,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	**2.651.554,72**	**2.046.750,44**	**PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**2.510.311,62**	**1.581.779,76**
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	481.339,93	414.585,69	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	483.291,87	226.364,80
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	488.311,19	355.538,71	RP PROCESSADOS PAGOS	350.374,10	158.410,35
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.393.759,98	1.194.789,05	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.386.637,57	1.114.020,58
INSS C/ RETENÇÃO	577.314,21	571.414,27	INSS C/ RETENÇÃO	581.685,21	539.032,12
INSS RETENÇÃO - AUTONOMOS	48.067,59	39.210,31	INSS RETENÇÃO - AUTONOMOS	45.779,29	42.590,16
DESCONTO INSS 13º SALARIO	3.607,76	2.573,74	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	8.105,96	12.156,77
SALARIO FAMILIA	379,88	372,84	PENSAO ALIMENTICIA	13.552,99	14.957,85
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	8.105,96	7.345,60	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		9.606,74
PENSAO ALIMENTICIA	14.738,34	15.250,94	MENSALIDADE SINDICAL /SIND-UTE	9.195,08	7.626,22
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		9.606,74	SIND-SAUDE /MG	2.861,02	2.588,92
MENSALIDADE SINDICAL /SIND-UTE	9.406,99	9.011,56	EMPRESTIMO EM CONSIGNAÇÃO - SICOOB/CREDIPARAOPEBA	55.359,99	1.306,56
SIND-SAUDE /MG	2.872,09	2.835,49	EMPRESTIMO EM CONSIGNAÇÃO C.E.F.	352.012,37	371.670,92
EMPRESTIMO EM CONSIGNAÇÃO - SICOOB/CREDIPARAOPEBA	63.782,93	3.494,14	CONSIGNAÇÃO CREDIPARAOPEBA	52.427,80	44.416,33
EMPRESTIMO EM CONSIGNAÇÃO C.E.F.	348.956,44	414.696,64	PLANO ASSISTENCIAL AGEBRAS	6.269,48	7.543,28
CONSIGNAÇÃO CREDIPARAOPEBA	52.427,80	44.416,33	MULTAS DE TRANSITO	80.781,38	11.074,16
PLANO ASSISTENCIAL AGEBRAS	6.242,56	8.392,76	SALARIO FAMILIA		23.322,53
MULTAS DE TRANSITO	80.781,38	12.233,61	SALARIO MATERNIDADE	175.662,33	24.219,79
SALARIO FAMILIA		23.322,53	MULTAS DIVERSAS	925,00	
SALARIO MATERNIDADE	174.131,38	25.750,74	CAUÇÃO - PROCESSO 002/2016 - TP 001/2016		1.908,23
MULTAS DIVERSAS	925,00		RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	2.019,67	
CAUÇÃO - PROCESSO 002/2016 - TP 001/2016		49,64			
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	2.019,67	4.811,17			
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	288.143,62	81.836,99	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	290.008,08	82.984,03

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
MULTAS DE TRANSITO	71.908,80	8.919,48	MULTAS DE TRANSITO	74.733,59	9.386,20
MULTAS DIVERSAS	675,00		MULTAS DIVERSAS	725,00	
SALARIO FAMILIA	7.545,11	31.316,22	SALARIO FAMILIA	8.065,73	33.904,50
SALARIO MATERNIDADE	208.014,71	41.601,29	SALARIO MATERNIDADE	206.483,76	39.693,33
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**3.144.716,49**	**2.111.876,91**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**3.095.115,81**	**3.144.716,49**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.144.716,49	2.110.018,32	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.095.115,81	3.144.716,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3.144.716,49	2.110.018,32	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3.095.115,81	3.144.716,49
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.858,59			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		1.858,59			
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**22.698.243,91**	**20.439.020,48**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**22.698.243,91**	**20.439.020,48**

PCA 2018

ANEXOS

(doc.4)

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

A T I V O			P A S S I V O		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**10.906.271,82**	**10.290.183,49**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.265.691,76**	**1.039.812,35**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.091.718,01	3.141.318,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CUR	505.773,42	467.064,67
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	6.823.711,89	6.166.500,29	PESSOAL A PAGAR	241.445,67	171.736,26
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	1.914,19	
CLIENTES			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	5.766.904,70	5.766.904,70	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	262.413,56	295.328,41
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	131.989,60	66.108,81
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.056.807,19	399.595,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	388.083,78	266.200,69
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	15.227,09	22.029,16
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	851.937,25	696.973,26	PROVISÕES A CURTO PRAZO		
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	11.867,50	11.867,50	PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO		
ESTOQUES	127.037,17	273.523,75	PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		
			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A CURTO PRAZO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**16.624.730,44**	**15.225.717,45**	PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	203.749,98	203.749,98	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	203.749,98	203.749,98	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	224.617,87	218.409,02
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER					
CLIENTES			**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**	**2.050.384,65**	**2.249.399,73**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LON	1.563.658,85	1.646.935,52
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	200.815,56	200.815,56	PESSOAL A PAGAR		
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	2.934,42	2.934,42	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.563.658,85	1.646.935,52
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	486.725,80	601.676,48
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		
ESTOQUES			OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		787,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			PROVISÕES A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAI			PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO		
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO			PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO			PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP A LONGO PRAZO		
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES			PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS			OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		
			RESULTADO DIFERIDO		
			TOTAL DO PASSIVO	**3.316.076,41**	**3.289.212,08**

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMEN		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - DEMAIS INVEST		
IMOBILIZADO	16.420.980,46	15.021.967,47
BENS MOVEIS	6.471.642,55	6.388.024,43
BENS IMÓVEIS	9.949.337,91	8.633.943,04
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS		
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS		
(-) EXAUSTÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS		
(-) EXAUSTÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS		
INTANGÍVEL		
SOFTWARES		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS		
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS, DIREITOS E PATÉNTES		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - DIREITO DE USO DE IMÓVEIS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - SOFTWARES		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL - MARCAS, DIREITOS		
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL-DIREITO DE USO		
TOTAL	**27.531.002,26**	**25.515.900,94**

PATRIMÔNIO LíQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
RESERVAS DE CAPITAL		
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		
RESERVAS DE LUCROS		
DEMAIS RESERVAS		
RESULTADOS ACUMULADOS	24.216.517,71	22.228.280,72
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.986.706,04	7.923.165,71
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	22.228.280,72	14.354.310,31
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.530,95	(49.195,30)
SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO		
LUCROS A DESTINAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
RESULTADOS APURADOS POR EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO		
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24.216.517,71**	**22.228.280,72**
TOTAL	**27.532.594,12**	**25.517.492,80**

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
ANEXO XIV - BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

ATIVO FINANCEIRO	**3.110.632,65**	**3.156.837,92**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.617.307,04**	**1.681.647,19**
ATIVO PERMANENTE	**24.420.369,61**	**22.359.063,02**	**PASSIVO PERMANENTE**	**2.325.483,82**	**2.507.503,37**
SALDO PATRIMONIAL				**23.588.211,40**	**21.326.750,38**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.648.318,14	1.764.197,09	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.391.091,29	3.837.899,47
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			**EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS**		
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERE	**2.648.318,14**	**1.764.197,09**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNI**	**1.893.666,65**	**2.007.184,64**
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS			**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**2.497.424,64**	**1.830.714,83**
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			**EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**		
TOTAL	**2.648.318,14**	**1.764.197,09**	**TOTAL**	**4.391.091,29**	**3.837.899,47**

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECURSOS ORDINÁRIOS	**1.680.308,17**	**1.177.472,86**
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.680.308,17	1.177.472,86
RECURSOS VINCULADOS	**(190.439,40)**	**294.261,03**
101 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	(672.296,30)	(328.406,72)
102 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS VINCULADOS À SAÚDE	(1.075.273,47)	(777.293,45)
112 - SERVIÇOS DE SAÚDE	20.780,96	32.858,96
116 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	18.314,54	23.202,24
117 - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)	187.223,32	19.719,49
118 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO E	(323.678,19)	(233.044,49)
119 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB PARA APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	305.917,66	206.609,44
122 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	152.383,50	141.375,35
123 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE	7.959,14	6.587,92
124 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO, À SAÚDE NEM À ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.247,90	74.382,00
129 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	305.509,45	189.848,62
143 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	4.450,91	3.107,58
144 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	11.203,74	5.737,78
145 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (	40.238,64	10.348,48
146 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	12.587,64	5.086,32
147 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	105.281,57	76.309,28
148 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO BÁSICA	505.989,00	463.684,21
149 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITAL	1.498,89	1.301,30
150 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	82.721,42	75.890,63
151 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	31.074,01	12.209,66
152 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA GESTÃO DO SUS	11.000,00	0,00
153 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE	4.171,08	4.080,20
154 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	1.987,69	0,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
155 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	312.264,83	308.267,83
156 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)	261,37	7.572,27
157 - MULTAS DE TRÂNSITO	(3.234,71)	(35.351,38)
158 - CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES: PATRONAL, DOS SERVIDORES, DOS PRESTADORES D	82,00	82,00
192 - ALIENAÇÃO DE BENS	97,68	95,51
212 - SERVIÇOS DE SAÚDE	(7.291,08)	0,00
216 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)	(16.779,86)	0,00
229 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	(4.243,12)	0,00
247 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	(18.862,14)	0,00
248 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ATENÇÃO BÁSICA	(211.458,99)	0,00
251 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	(6.641,45)	0,00
255 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	(7.927,03)	0,00
TOTAL	**1.489.868,77**	**1.471.733,89**

PCA 2018

ANEXOS

(doc.5)

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO
CONSOLIDADO - MUNICIPIO DE CORDISBURGO
MINAS GERAIS
18.116.137/0001-71
ANEXO XV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
BALANÇO - EXERCÍCIO DE 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**21.045.682,28**	**24.623.201,13**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.731.944,04**	**912.171,03**
IMPOSTOS	1.699.263,42	889.077,57
TAXAS	32.680,62	23.093,46
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**404.583,48**	**366.929,39**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	404.583,48	366.929,39
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**54.716,17**	**54.748,36**
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	54.716,17	54.748,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**835.322,98**	**200.866,55**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	744.461,05	35.561,03
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	90.861,93	165.305,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**17.631.674,97**	**23.066.873,52**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	849.940,67	1.152.828,73
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	15.788.575,08	21.912.748,50
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	993.080,41	1.236,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	78,81	60,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**352.787,46**	
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENAÇÃO		
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	280.612,80	
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	72.174,66	
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**34.653,18**	**21.612,28**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34.653,18	21.612,28
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**19.058.976,24**	**16.719.673,60**
PESSOAL E ENCARGOS	**9.195.165,16**	**8.855.382,16**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.662.082,34	7.398.477,70
ENCARGOS PATRONAIS	1.495.381,08	1.406.360,19
BENEFÍCIOS A PESSOAL		4.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	37.701,74	46.544,27
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**7.974,22**	**17.528,19**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.214,22	
PENSÕES		4.964,61
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	5.760,00	12.563,58
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**5.129.011,44**	**4.232.698,35**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.981.578,89	1.351.533,13
SERVIÇOS	3.147.432,55	2.881.165,22
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**124.500,41**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	124.300,41	
JUROS E ENCARGOS DE MORA	200,00	
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**3.423.991,05**	**3.326.730,29**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	849.940,67	848.162,07

TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.513.350,84	2.419.763,81
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	60.699,54	57.965,74
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		838,67
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**756.619,45**	
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		
PERDAS COM ALIENAÇÃO		
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	756.619,45	
TRIBUTÁRIAS	**294.660,69**	**283.718,61**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	294.660,69	283.718,61
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS - CPV		
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**127.053,82**	**3.616,00**
PREMIAÇÕES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		
INCENTIVOS		
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	127.053,82	3.616,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**1.986.706,04**	**7.903.527,53**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.399.012,99	493.469,71
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	209.208,37	370.756,17
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		

PCA 2018

ANEXOS

(doc.6)

ANEXO II

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	158.778,64
1.1.1.8.01.1.2 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.371,16
1.1.1.8.01.1.3 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa	51.014,51
1.1.1.8.01.1.4 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divida Ativa - Multas e Juros	11.417,48
(-) Deducoes da Receita do IPTU	
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissao Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - Impostos sobre Transmissao Inter Vivos de Bens Imoveis e de Direitos Reais sobre Imoveis - Principal	54.728,51
1.1.1.8.01.4.2 - Imposto sobre Transmissao Inter Vivos de Bens Imoveis e de Direitos Reais sobre Imoveis - Multas e Juros	
1.1.1.8.01.4.3 - Imposto sobre Transmissao Inter Vivos de Bens Imoveis e de Direitos Reais sobre Imoveis - Divida Ativa	
1.1.1.8.01.4.4 - Imposto sobre Transmissao Inter Vivos de Bens Imoveis e de Direitos Reais sobre Imoveis - Divida Ativa - Multas e Juros	
(-) Deducoes da Receita do ITBI	
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Principal	454.142,01
1.1.1.8.02.3.2 - Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Multas e Juros	3.885,75
1.1.1.8.02.3.3 - Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Divida Ativa	7.861,21
1.1.1.8.02.3.4 - Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza - Divida Ativa - Multas e Juros	11.699,34
1.1.1.8.02.4.1 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate a Pobreza - Principal	
(-) Deducoes da Receita do ISS	
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	150.750,66
1.1.1.3.03.1.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	
1.1.1.3.03.1.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Divida Ativa	
1.1.1.3.03.1.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Divida Ativa - Multas e Juros	
1.1.1.3.03.4.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	124.244,15
1.1.1.3.03.4.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Multas e Juros	
1.1.1.3.03.4.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Divida Ativa	
1.1.1.3.03.4.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Divida Ativa - Multas e Juros	
(-) Deducoes da Receita do IRRF	
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
1.1.1.2.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municipios Conveniados - Principal	
1.1.1.2.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municipios Conveniados - Multas e Juros	
1.1.1.2.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municipios Conveniados - Divida Ativa	
1.1.1.2.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municipios Conveniados - Divida Ativa - Multas e Juros	
(-) Deducoes da Receita do ITR	
Subtotal	**1.029.893,42**
2 - Receita de Transferencias constitucionais e legais	
1.7.1.8.01.2.1 - Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Cota Mensal - Principal	8.108.310,19
1.7.1.8.01.3.1 - Cota-Parte do Fundo de Participacao do Municipios - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal	360.121,59
1.7.1.8.01.4.1 - Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal	351.353,57
1.7.1.8.01.5.1 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	62.118,06
1.7.1.8.01.8.1 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operacoes de Credito, Cambio e Seguro, ou Relativas a Titulos ou Valores Mobiliarios - Comercializacao do	
1.7.1.8.06.1.1 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	18.091,56
1.7.2.8.01.1.1 - Cota-parte do ICMS - Principal	3.183.685,48
1.7.2.8.01.2.1 - Cota-parte do IPVA - Principal	462.263,56
1.7.2.8.01.3.1 - Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal	50.995,56
Subtotal	**12.596.939,57**
Total das Receitas (A)	**13.626.832,99**

Total	Percentual	Valor
B - Aplicacao Devida (art. 212 da CF/88)	25,00 %	3.406.708,25
C - Valor da Aplicacao	32,45 %	4.422.308,67
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional	7,45 %	1.015.600,42

ANEXO II

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Local/Data/Assinaturas
CORDISBURGO, 28 de março de 2019

JOSÉ MAURÍCIO GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

ELEUZA FERREIRA BARBOSA
TÉCNICO CONTÁBIL
092219/0-6

ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA
ORDENADOR DA DESPESA

PCA 2018

ANEXOS

(doc.7)

ANEXO IV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	158.778,64
1.1.1.8.01.1.2 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.371,16
1.1.1.8.01.1.3 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	51.014,51
1.1.1.8.01.1.4 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.417,48
(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	54.728,51
1.1.1.8.01.4.2 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.01.4.3 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.01.4.4 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	454.142,01
1.1.1.8.02.3.2 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	3.885,75
1.1.1.8.02.3.3 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	7.861,21
1.1.1.8.02.3.4 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.699,34
1.1.1.8.02.4.1 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza - Principal	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	0,00
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	150.750,66
1.1.1.3.03.1.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.1.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.1.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	124.244,15
1.1.1.3.03.4.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.4.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
1.1.1.2.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	0,00
1.1.1.2.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	0,00
1.1.1.2.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.2.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00
Subtotal	**1.029.893,42**
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	
1.7.1.8.01.2.1 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	8.108.310,19
1.7.1.8.01.5.1 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	62.118,06
1.7.1.8.06.1.1 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	18.091,56
1.7.2.8.01.1.1 - Cota-parte do ICMS - Principal	3.183.685,48
1.7.2.8.01.2.1 - Cota-parte do IPVA - Principal	462.263,56
1.7.2.8.01.3.1 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	50.995,56
Subtotal	**11.885.464,41**
Total das Receitas (A)	12.915.357,83

Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual	Percentual	Valor
B – Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00 %	1.937.303,67
C – Valor da Aplicação	26,47 %	3.418.187,41
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)	11,47 %	1.480.883,74

Resíduo de Exercício Anterior	Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior	0,00

ANEXO IV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior	0,00
G - Diferença (F - E)	0,00

Local/Data/Assinaturas

CORDISBURGO, 28 de março de 2019

JOSÉ MAURÍCIO GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

ELEUZA FERREIRA BARBOSA
TÉCNICO CONTÁBIL
092219/0-6

GILMAR ÂNGELO DE CARVALHO
ORDENADOR DA DESPESA

PCA 2018

ANEXOS

(doc.8)

ANEXO VIII

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

I - Recursos

Natureza da Receita	Valor
1.7.5.8.01.1.1 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e d	993.080,41
1.7.5.8.01.2.1 - Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvi	0,00
1.3.2.1.00.1.1 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.979,20
1.3.2.1.00.5.1 - Juros de Títulos de Renda - Principal	0,00
Recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2º, da lei 11.494/07)	44.430,20
total	1.040.489,81

II - Aplicação da Educação Básica	0,00

III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício

Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00 %	1.040.489,81
Valor legal mínimo	60,00 %	624.293,89
Total aplicado	93,57 %	973.598,69

Gestor(a) do FUNDEB

Nome: ENIR SANTOS DA SILVA VIEIRA
CPF: 520.820.166-68
Cargo: PRESIDENTE
Endereço: RUA CEL GERALDINO ROCHA - CASA - CENTRO - CORDISBURGO - MG - CEP.: 35780000
Telefone:

Local/Data/Assinaturas

CORDISBURGO, 28 de março de 2019

JOSÉ MAURÍCIO GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

ELEUZA FERREIRA BARBOSA
TÉCNICO CONTÁBIL
092219/0-6

ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA
ORDENADOR DA DESPESA